



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

MESTRADO

**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**POTENCIALIDADES DA CEDEAO PARA UM PEQUENO PAÍS
INSULAR EM DESENVOLVIMENTO
O CASO DE CABO VERDE**

EDNA MARIA MONTEIRO MARTA



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

SETEMBRO-2013

MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**POTENCIALIDADES DA CEDEAO PARA UM PEQUENO PAÍS
INSULAR EM DESENVOLVIMENTO
O CASO DE CABO VERDE**

EDNA MARIA MONTEIRO MARTA

ORIENTAÇÃO PROFESSOR JOÃO ESTÊVÃO

SETEMBRO-2013

Resumo

A presente dissertação pretende demonstrar que a integração de Cabo- Verde na CEDEAO permite-lhe por um lado, ter acesso às potencialidades económicas que o espaço oferece e, por outro, consolidar a sua posição geo-política e geo-estratégica, quer perante os países da região, quer perante a Comunidade Internacional. A região da África Ocidental no seu conjunto possui alguns factores potenciais de desenvolvimento que faltam a Cabo Verde, enquanto pequeno estado insular, tais como: recursos naturais, população e território. Há, portanto, uma riqueza potencial que se bem explorado pode complementar o processo de desenvolvimento de Cabo Verde .

A dissertação reconhece os falhanços que a CEDEAO tem tido, os obstáculos que têm de ser superados, assim como o árduo processo da construção da integração regional. Também reconhece que a instabilidade política e social que a região atravessa, aliada à pobreza, se apresentam como os grandes constrangimentos para uma integração efectiva. Cabo Verde enquanto país caracterizado pela estabilidade política e social e que goza de uma excelente imagem perante a comunidade internacional, tem as condições de partida necessárias para ter um papel activo na integração regional Oeste Africana, já que a paz e a estabilidade regional são um dos eixos estratégicos de um processo ainda em construção.

Abstract

This dissertation aims to demonstrate that the integration of Cape Verde in ECOWAS allows it, on the one hand, to have access to the economic opportunities that the space offers and, on the other hand, to consolidate its geopolitics and geostrategic position, either before countries in the region or before the International Community. The West African region as a whole has some potential factors of development lacking in Cape Verde as a small island state, such as natural resources, population and territory. There is, therefore, a potential wealth that, if well exploited, can complement the process of development of Cape Verde.

The paper recognizes the failures that ECOWAS has had, the hurdles that have to be surmounted, and the arduous process of building the regional integration. It also recognizes that the political and social instability, combined with poverty, are presented as severe constraints to effective integration. Cape Verde as a country characterized by political and social stability and with an outstanding reputation in the International Community, has the starting conditions necessary to play an active role in the regional integration process, given that regional peace and stability is one of the strategic axes of the processs of regional integration.

Índice

1.	Introdução	6
2.	O fenómeno da integração regional em África	7
2.1.	Motivações para a criação de organizações de integração económica regional em África ..	8
2.2.	Factores propiciadores da integração regional	11
2.3.	Os Constrangimentos institucionais e estruturais e o seu impacto no processo de integração regional	12
2.4.	Alguns resultados dos processos de integração regional	14
3.	A criação e o percurso da CEDEAO.....	16
3.1.	Constituição da CEDEAO e suas características	16
3.2.	O relacionamento entre os estados membros da CEDEAO	17
3.3.	Eixos estratégicos para a integração regional.....	18
4.	Cabo Verde e a sua inserção na CEDEAO	20
4.1.	Caracterização de Cabo Verde	20
4.2.	Posição de Cabo Verde na CEDEAO - uma análise comparativa	23
4.3.	Desafios de desenvolvimento e estratégias de inserção de Cabo Verde na CEDEAO	24
4.4.	Factores de aproximação, de afastamento e especificidades de Cabo Verde.....	27
4.4.1.	Factores de aproximação	27
4.4.2.	Especificidades	28
4.4.3.	Factores de afastamento: as múltiplas insularidades	29
4.5.	Contribuições da CEDEAO para Cabo Verde	31
4.6.	Algumas realizações da CEDEAO em Cabo Verde	32
4.7.	Desvantagens	33
5.	Conclusão	35
6.	Referências bibliográficas	37

Introdução

A Nova Ordem Mundial tem funcionado principalmente a nível dos grandes espaços de integração regional. Os países tem recorrido à integração regional para fazer ouvir a sua voz nesta era de globalização. Com efeito, é norma nas organizações internacionais os países serem eleitos para representar o seu agrupamento regional e, muitas vezes, as negociações decorrem entre os agrupamentos regionais. Assim torna-se cada vez mais necessário que cada estado tenha um papel activo dentro do seu próprio agrupamento regional afim de assegurar os seus interesses. É o que se passa nas Nações Unidas, na OMC, etc. Muitos teóricos do desenvolvimento, especialistas e várias organizações internacionais consideram que a integração regional é a melhor forma dos países atingirem o desenvolvimento, pois permite não só o crescimento económico, mas também traz consigo melhorias nos direitos políticos civis e sociais.

Cabo Verde como um pequeno Estado insular, situado no cruzamento do Atlântico Médio, necessariamente tem de encontrar espaços de integração regional por forma a ter os recursos necessários que lhe permitam inserir-se na economia mundial. A integração de Cabo Verde na CEDEAO pode se transformar numa das vertentes do seu desenvolvimento e crescimento, já que Cabo Verde pela sua própria localização geográfica tem a vocação natural para se inserir em vários espaços, buscando complementaridade entre os vários espaços de inserção, razões essas fundamentadas na própria formação da nação cabo-verdiana que resulta do cruzamento entre a Europa, África e América. No passado, devido á sua localização estratégica, o arquipélago foi utilizado como entreposto comercial e do abastecimento de várias mercadorias, incluindo o tráfico de escravos, entre as rotas que ligavam a Europa, a África e o Brasil. A nação cabo-verdiana foi formada, também, do contacto entre os três continentes, transformando-os em espaços naturais da sua inserção. Contudo, a natureza da inserção em cada espaço ou continente, deve ser analisado de acordo com o enquadramento jurídico, institucional e de desenvolvimento que cada um desses espaços oferece, bem como das oportunidades de desenvolvimento presentes em cada um dos espaços. Cabo Verde terá de ser capaz de se integrar nos vários espaços numa optica de complementaridade.

O objecto da presente dissertação é a inserção de Cabo Verde no espaço da CEDEAO e as vantagens que daí pode retirar.

Ao longo da dissertação percorremos as vantagens e as desvantagens que uma integração na CEDEAO pode trazer a Cabo Verde. Assim, no Capítulo I abordamos as motivações que estiveram na origem da criação das organizações de integração regional em África, apesar de não possuir as condições económicas adequadas segundo a teoria económica para tornar a integração num processo dinâmico. Abordamos a integração económica na CEDEAO, os factores propiciadores da integração, assim como os constrangimentos que a enformam. Também analisamos no primeiro capítulo os resultados conseguidos com o processo de integração regional.

O capítulo II trata da Constituição da CEDEAO e das suas características. Aborda a problemática do relacionamento entre os seus Estados Membros e fala dos eixos e das estratégias da integração regional, assim como a contribuição que os outros actores podem dar ao processo de integração.

O capítulo III aborda especificamente o caso da Integração de Cabo Verde enquanto pequeno estado insular. Traça os perfis dos vários países da CEDEAO e compara-os com Cabo Verde, fala dos desafios de desenvolvimento e das estratégias de inserção de Cabo Verde na organização oeste africana. São ainda avaliados, por um lado, os factores que contribuem para a aproximação de Cabo Verde à CEDEAO e, por outro, os factores que levam ao seu afastamento. Este capítulo analisa ainda as vantagens que a CEDEAO pode oferecer a Cabo-Verde, bem como as desvantagens que podem resultar dessa integração.

A metodologia geral utilizada foi a da recolha de dados sobre a matéria, através da consulta de bibliografia especializada, jornais, entrevistas e declarações das autoridades competentes aos órgãos de comunicação social.

Ainda foi realizada uma pequena pesquisa de campo na Biblioteca da Chefia do Governo e no Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde, que se traduziu na colecta de dados e na recolha de opiniões informais junto dos diplomatas cabo-verdianos.

1. O Fenómeno da Integração Regional em África

1.1. Motivações para a criação de organizações de integração económica regional em África

De acordo com a teoria das relações económicas internacionais, os Estados procuram na integração económica regional¹, formas de ganhar competitividade no comércio mundial e de aumentar a sua competitividade, graças a certos privilégios de natureza comercial, aduaneira e política. (Medeiros 2008, Robson 1985). Contudo, a teoria defende que os ganhos da integração regional só serão possíveis se o espaço reunir requisitos como: economias nacionais com um certo grau de crescimento, comércio intra-regional forte, economias nacionais complementares, paz, segurança e instituições capazes.

Em África, como noutras regiões do mundo, logo após as independências nacionais, os governos recém-criados adoptaram a política da integração económica regional como um dos eixos estratégicos para o desenvolvimento e o crescimento económico. Todavia, os factores propiciadores da integração económica eram e são praticamente inexistentes: o comércio regional era e continua a ser bastante fraco, as economias nacionais são concorrenciais e voltadas para o mercado externo, existe um elevado numero de barreiras tarifárias e não tarifárias. Portanto, o processo de integração económica regional em África não obedece aos pressupostos da teoria económica internacional dominante. (Robson 1985). Com efeito, se se verificar em termos meramente económicos e comerciais os ganhos que a integração económica trouxe ao continente africano são pouco significativos e sem impacto no crescimento económico, desenvolvimento e integração no comércio mundial. Com efeito, a África representa apenas 2% do comércio mundial e o comércio intra-africano representou 10 a 12% nas últimas décadas. Cerca de 80% das exportações africanas são feitas para outros continentes.

¹ A integração económica compreende as seguintes fases: acordo de Comércio Preferencial, Zona de Comércio Livre, União Aduaneira, Mercado Comum, e uma quinta fase, constituída pela União Económica e Monetária, ou Integração Económica Total, como diz Medeiros (2008, citando Balassa), em que a diferença é meramente de terminologia

Ainda assim, a integração regional é percebida pelos governos africanos como solução para se atingir o crescimento económico e combater o ciclo da miséria e da pobreza. (Declaração da União Africana 2002, Acto Constitutivo da CEDEAO 1993). Além disso, organizações internacionais como o Banco Mundial, O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a União Europeia (UE), as Nações Unidas (ONU), e certos especialistas, também advogam que a integração económica poderá ser um motor privilegiado para o crescimento e o desenvolvimento de África. Por exemplo, a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) considera que as vantagens da integração regional decorrem das novas possibilidades de trocas, de mercados mais vastos e de concorrência acrescida. Pode, ainda, atrair investimentos e a reinstalação das indústrias, bem como levar os governos a fazer reformas, aumentar o poder de negociação, reforçar a cooperação e melhorar a segurança. (UNECA 2010). Também se considera que o reforço de negociação é sobretudo importante para os pequenos países que participam nas negociações comerciais (Fernandez e Portes 1988, Schiff e Winters 1998, Banque Mondiale 2000b). Outros autores (Oloma 1993; Diamond e al 1998²), consideram a integração regional como uma procura de soluções que vão para além do que os Estados existentes são capazes de providenciar, incluindo melhorias nas infra-estruturas regionais e melhoria na gestão dos recursos regionais.

Na África Ocidental, o processo de integração regional é conduzido pela CEDEAO que será doravante o objecto do nosso estudo.

Os Estados Membros da CEDEAO guardaram as fronteiras estabelecidas na Conferência de Berlim³ de 1884. Essas fronteiras produziram estados muito díspares entre si, a saber: com grandes dimensões territoriais, com territórios exíguos, encravados, bem como estados multiétnicos e multiculturais.

A estrutura produtiva da África Ocidental é orientada para a exportação de produtos primários para o mercado internacional. Os países da região praticam sobretudo a monocultura e a extracção mineira e, por isso, são dependentes das flutuações dos termos de troca. A maior parte desses países tem atravessado períodos de grande instabilidade política e social e tem assistido a guerras civis e golpes de estado.

² Citado por Kate Meagher 1997

³ Na conferência de Berlim a África foi dividida pelas potências coloniais de forma a facilitar a ocupação. A divisão não respeitou nem as relações étnicas ou familiares existentes nem a ocupação territorial de cada etnia.

Considerando o contexto desfavorável apresentado e a persistência dos governos em manter os propósitos de integração económica, importa compreender que motivações explicam a assunção desta opção.

Da análise efectuada, duas motivações sobressaem:

- a) Uma motivação abrangente, assumida fundamentalmente pelos movimentos independentistas do continente africano, onde a integração tinha razões de ordem política e cultural e se baseava em valores defendidos pelo movimento pan-africanista⁴ (IAO 2012). O Relatório da UNCTAD de 1989 também reconhece que o pan-africanismo impulsionou a adesão dos países africanos ao regionalismo. Para Adelino Torres, desde muito cedo os países africanos procuraram formas de colaboração política que, depois das independências nos anos 60, se concretizaram na assinatura de acordos ou tratados de natureza política e económica para ambiciosos projectos de "unidade africana". Era a "África dos povos" a que se seguiu a "África dos Estados" alguns anos mais tarde. (Torres 1999)
- b) Outra motivação, de natureza mais restritiva, defende que a integração regional na África Ocidental tinha objectivos meramente económicos (Bundu 1997). É o caso da união aduaneira entre as antigas colónias francesas que tinha como principal objectivo a exportação para o mercado da antiga metrópole. Além disso, a África Ocidental comporta vários países de reduzidas dimensões e, por isso, com maiores dificuldades de se inserirem individualmente no mercado mundial. A integração da região pode impulsionar o acesso ao comércio internacional.

As duas motivações atrás referidas estiveram inicialmente presentes no processo de integração económica. Todavia, devido à constante acção da CEDEAO na pacificação da região e na manutenção da paz, surge uma terceira motivação que se consubstancia na busca da paz e segurança regionais.

Assim, a integração regional, para além dos aspectos económicos necessita de contextos políticos propícios, de paz e segurança, para que seja bem-sucedida. Quashigah (1997) e Ominiya (1997) consideram que a integração regional aliada a factores de ordem política, de instituições credíveis, estado de direito, segurança, boa governação e transparência pode

⁴ O movimento pan-africanista do qual o presidente Kwamé Nkrumah foi um dos seus principais ideólogos, advogava a partilha de valores, a autonomia colectiva para o desenvolvimento e a independência económica da África

tornar-se num motor de desenvolvimento. A Integração Regional também pode proporcionar uma gama mais ampla de liberdades. (Quashigah 1997 e Ominiya 1997).

1.2. Factores propiciadores da integração regional

Como já foi referido, a integração regional não depende apenas de factores económicos. Depende também de um ambiente político e securitário capaz de permitir a efectivação das trocas comerciais.

Neste capítulo, importa também analisar as oportunidades que a CEDEAO oferece e que podem constituir uma base para a edificação do processo de integração. A região encerra potencialidades, quer no que diz respeito aos recursos naturais e populacionais, quer ao nível de dinamismo político, bem como a nível de instrumentos internacionais assinados. A este respeito podemos assinalar os aspectos seguintes:

Abundância de recursos naturais: A Economia dos Países da CEDEAO está muito dependente do sector primário: a agricultura contribui com cerca de 30% para o PIB da região e absorve 70% da população activa. No sector secundário, que representa em média cerca de 35% do PIB da região encontram-se abundantes recursos minerais e energéticos.

Recursos Marítimos: A maior parte Estados da CEDEAO são ribeirinhos, razão porque os recursos pesqueiros e de navegação assumem um potencial económico importante e obriga os Estados a defenderem os seus interesses comuns perante a comunidade internacional, ao mesmo tempo que a nível da CEDEAO os Estados Membros têm que negociar sobre a partilha e preservação dos referidos recursos.

Demografia: É um dos agrupamentos regionais mais populosos da África. De acordo com os dados do BAD relativos a 2012, a CEDEAO representa um mercado potencial de 300 milhões de habitantes com um PIB na ordem dos 325 mil milhões de dólares. As empresas, tanto do sector público, como privado, podem aceder a este vasto mercado através de protocolos⁵ preferenciais estabelecidos dentro da comunidade e que permitem a instalação de empresas, mesmo em regime de consórcio.

⁵ Ver anexo 1

Instrumentos internacionais: Alguns acordos celebrados, ou negociações em curso, podem funcionar como incentivos para o processo de integração: acordos de parceria económica⁶; PIR África Ocidental⁷, projectos financiados pelo BAD, projectos financiados pela ONU. etc.

Dinamismo político: A CEDEAO prevê nos seus estatutos os encontros estatutários e a eventualidade de realização de reuniões extraordinárias, sempre que haja matéria para o efeito. A quantidade de reuniões extraordinárias realizadas permite ver que a CEDEAO é bastante activa na discussão das questões presentes na região. Além disso, os diversos sectores e agências especializadas reúnem-se regularmente. Igualmente, a sociedade civil e o sector privado também têm encontros regulares. Apenas para citar alguns exemplos temos: Encontro dos Alfandegários da CEDEAO, dos Ministros da Saúde da CEDEAO, da Organização das Mulheres da CEDEAO, Fórum do Sector Privado etc..

Os aspectos acima referidos podem servir para fortalecer o espírito comunitário e para proporcionar um maior conhecimento entre os países.

1.3. Os Constrangimentos Institucionais e estruturais e o seu Impacto no Processo de Integração Regional

Os resultados do processo de integração económica regional ainda são pouco significativos. De acordo com alguns estudiosos os constrangimentos encontrados são de natureza política e social, económica, institucional e de segurança. Alguns desses constrangimentos são os seguintes:

Constrangimentos políticos e sociais. Prendem-se sobretudo com a falta de vontade política dos Estados Membros e que se traduzem em má governança política, lentidão na ratificação das Convenções e Protocolos, baixa implementação dos actos e decisões, pouca frequência nas reuniões, assim como atrasos no pagamento das contribuições (Bundu 1997; Relatório do Instituto África Ocidental 2012; Bach 1997). Por outro lado, o tratado revisto fala de grau de supranacionalidade, mas nenhum dos estados membros tomou as disposições adequadas para evoluir nesse sentido. Adoveti (1997) considera ainda que a

⁶ O Acordo de Cotonou prevê a implementação dos Acordos de Parceria económica (APE) entre a União Europeia e os vários agrupamentos regionais dos países ACP, (CEDEAO no caso da África Ocidental) implica o aprofundamento da integração regional, sobretudo no que diz respeito à criação de uma pauta aduaneira comum.

⁷ Programa indicativo de cooperação regional financiado pela UE que prevê a realização de projectos intracomunitários e que tem como um dos seus objectivos o aprofundamento da integração regional.

integração económica é prejudicada pelo facto de não haver um sentido de pertença e nem de identidade entre as populações que compõem a comunidade regional.

Constrangimentos Económicos. Devem-se ao facto da maior parte dos países serem de baixo rendimento, terem uma economia pouco diversificada e com défice das infra-estruturas de base, (Ominiya 1997), serem pouco industrializados e com forte pressão ambiental sobre os recursos.

Os Constrangimentos Institucionais. Dizem respeito ao desfasamento entre os programas propostos e os níveis de execução: os objectivos específicos traçados pela CEDEAO ainda não foram concretizados. O esquema de liberalização das trocas (SLEC) da CEDEAO deveria evoluir para uma união aduaneira, com uma tarifa exterior comum em 2008, mas até à data não se conseguiu. Por outro lado, também consta do calendário a criação de uma moeda única, que já foi adiada várias vezes; marcou-se nova data para Janeiro de 2015, mas de acordo com o documento estratégia do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD 2011), não deverá ser cumprida devido à falta de capacidade das instituições encarregues das actividades decorrentes; a comunidade revela um elevado número de áreas de integração que pode provocar a dispersão de esforços. (BAD 2011).

Instituições desfasadas da realidade. O Organigrama da CEDEAO assemelha-se ao da União Europeia, embora represente realidades, culturas e estádios de desenvolvimento diferentes. Naceur Bourenane, afirma que “A CEDEAO tentou imitar a experiência europeia, criando estruturas similares, sem contudo lhes ter dado os mesmos poderes.” (Bourenane 1997) As condições de partida que impulsionaram a criação da União Europeia não existem em África. Essas condições basearam-se sobretudo em altos níveis de crescimento, baixa diferença de rendimentos entre os vários Estados membros, capacidade tecnológica, níveis de comércio elevado entre os países, democracia, ausência de conflitos.

Dependência do exterior. O funcionamento das instituições de integração regional na África Ocidental depende financeiramente das suas relações com as potências estrangeiras. Quase todos os projectos executados são financiados em grande parte pelo exterior, nomeadamente pela União Europeia e são elaboradas por técnicos estrangeiros.

Constrangimentos em matéria de Segurança. A maioria dos Estados que compõem a CEDEAO tem características de *estado frágil*, sem instituições consolidadas e que muitas vezes são capturadas, quer pelo poder político, quer pelo poder militar. A maior parte dos

conflitos intra-estaduais na região prova isso mesmo. A insegurança afecta directamente as instituições dos países, que passam a funcionar com dificuldades, ou deixam mesmo de funcionar. O espaço da CEDEAO é ainda alvo dos mais diversos tráficos e de elevados níveis de corrupção.

Os documentos de Estratégia⁸ do BAD e da CEDEAO consideram que ainda são necessários esforços no sentido de reforçar a credibilidade das instituições políticas e a legitimidade dos processos eleitorais. Além disso, também é necessário melhorar o ambiente económico pois a carência das oportunidades de emprego, a redistribuição do rendimento e das riquezas, a insegurança alimentar e o nível de escolaridade das populações continuam a pôr em causa as instituições democráticas e o sistema de segurança na região da África Ocidental, que por sua vez têm impactos directos no processo da integração regional.

1.4. Alguns Resultados dos processos de integração regional

Conforme já foi referido, os resultados da integração económica regional, a nível da construção do mercado comum, que é um dos maiores desideratos da CEDEAO, são escassos. Mas mesmo assim pode-se contar as seguintes realizações:

- Implementação de uma zona de troca livre (ZLE) com vista à Construção da União Aduaneira. Os direitos aduaneiros sobre os produtos dos Estados Membros foram suprimidos no seio da comunidade.
- Construção de infra-estruturas de comunicação, apesar de ainda serem manifestamente insuficientes.
- A livre circulação de pessoas e bens
- Realizações diversas nas vertentes da segurança, sendo que a CEDEAO conta com inúmeras intervenções na resolução de diferendos: Libéria, Serra-Leoa, Guiné Bissau, Costa do Marfim etc.
- Progressos Políticos⁹: a CEDEAO já registou alguns progressos no que diz respeito à aceitação dos princípios da democracia multipartidária, da liberdade de expressão, liberdade das associações e da sociedade civil. Na maior parte dos casos esses

⁸ BAD, Document de Stratégie d'intégration régionale pour l'Afrique de L'Ouest 2011-2015
CEDEAO, Plan Stratégique Régional 2001/2015

⁹ Ver anexo 2

valores foram introduzidos pelos parceiros como condicionantes da APD e através dos programas de ajustamento estrutural.

2. A Criação e o Percorso da CEDEAO

Na Africa Ocidental chegaram a coexistir pelo menos três organizações de integração económica: Comunidade do Estados da África Ocidental (CEAO)¹⁰, Comunidade Económica da Mano River(MRU)¹¹ e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Porém, factores como a assinatura da primeira Convenção de Lomé em 1975, entre a União Europeia e os Estados ACP, o Plano de Acção de Lagos e o Tratado de Abuja reconhecem a CEDEAO como a única organização de integração regional na África Ocidental.

2.1. *Constituição da CEDEAO e suas características*

O Tratado de Lagos de 1975 criou a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, CEDEAO. É composta pelos seguintes países: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné Bissau, Guiné Conacri, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra-Leoa e Togo. A fim de conferir maior dinâmica ao processo de integração regional, o tratado da CEDEAO foi revisto em 1993.

Os princípios orientadores da criação da CEDEAO foram os seguintes: Igualdade e independência entre os Estados membros; solidariedade e auto-suficiência colectiva; cooperação entre Estados, harmonização das políticas e integração dos programas; não-agressão, manutenção da paz e da estabilidade regional para a promoção e o reforço das relações de boa vizinhança.

A organização tem como objectivo geral a promoção da integração económica em todos os domínios de actividade económica. Tem como objectivos específicos: supressão dos direitos aduaneiros e taxas de efeito equivalente; estabelecimento de uma tarifa exterior comum; harmonização de políticas económicas e financeiras; criação de uma zona monetária única; criação de um fundo para a remuneração da mão-de-obra e do desenvolvimento; supressão dos obstáculos à livre-circulação dos factores de produção.

A CEDEAO tem tido mais realizações no campo da segurança e manutenção da paz do que propriamente a nível económico. A realidade politica, social e económica na África Ocidental encarregou-se de moldar a organização aos fins que melhor lhe convinha, ou seja,

¹⁰ CEAO: constituída em 1972 por Benim, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Mali Mauritânia e Níger, foi dissolvida em 1994.

¹¹ MRU: Criada em 1973 pelo Senegal, Guiné, Serra Leoa,

as questões securitária e política tornaram-se prioritárias, em detrimento das questões económicas.

A CEDEAO é uma instituição formal¹² porque resulta da vontade dos Estados e dos seus líderes, possui regras, motivações, auto-restrições próprias.¹³ Paralelamente, A CEDEAO comporta uma multiplicidade de nações, etnias e religiões, cujo relacionamento extravasa a fronteira dos Estados e dos engagements assumidos pelos seus líderes e se expressa através de códigos de conduta e de modelos mentais próprios. São as chamadas condições culturais como expresso na literatura institucionalista¹⁴. A análise das referidas condições culturais são decisivas para a compreensão e o sucesso do projecto de integração regional. A CEDEAO enquanto instituição formal deverá saber captar e formalizar os códigos de conduta que podem complementar o processo de integração.

Contudo, não está em causa o papel dos Estados enquanto principais actores do processo da integração regional. Importa pois, para melhor compreensão do processo e dos resultados da integração regional, analisar a natureza do relacionamento entre os seus Estados Membros.

2.2. O Relacionamento entre os Estados Membros da CEDEAO

O Acto constitutivo da CEDEAO estabelece o princípio da igualdade entre os Estados membros. Porém, na prática, existem clivagens e interesses que podem se transformar em bloqueios no seio da organização.

Pela sua importância e repercussão no processo de integração regional importa destacar os constrangimentos mais frequentes e que dizem respeito aos seguintes aspectos:

- a) **Países membros da UEMOA**¹⁵. Trata-se de um subgrupo existente na CEDEAO, onde o processo de integração já se encontra num estágio mais avançado. Partilham uma moeda comum (o franco CFA), em oposição aos restantes países da CEDEAO. Muitas vezes os seus programas são concorrenciais aos da CEDEAO. Com excepção da Guiné- Bissau, todos os outros membros da UEMOA foram colónias francesas.

¹² Instituições da CEDEAO: Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo; Conselho de Ministros; Comissão, Parlamento, Tribunal de Justiça e Banco do Desenvolvimento (BIDC)

¹³ Ver Pereira T. P- 2008

¹⁴ Ver Estêvão J. 2012

¹⁵ A UEMOA, União Económica e Monetária da África do Oeste foi criada em 1994 e é constituída pelo Benim, Burkina Faso, Costa –do-Marfim, Mali, Níger, Senegal, Togo e Guiné- Bissau.

- b) **Países do Grupo Francófono versus Países do Grupo Anglófono.** Os sistemas de administração, as instituições e o sistema legal, assim como os sistemas de ensino de países de cada um dos grupos linguísticos são idênticos. Daí existir uma luta velada para se moldar a organização de acordo com as instituições existentes em cada um dos grupos linguísticos. (BAD,2011). Verifica-se ainda que no *site* da CEDEAO muitos documentos só estão disponíveis na versão inglesa. A versão portuguesa dos documentos é praticamente inexistente, situação que afecta a participação activa dos Países Lusófonos nos trabalhos da organização.

Os Estados Membros têm receio de serem dominados pelo poderio económico e populacional do *big country* que é a Nigéria, conforme defende Abass Bundu ¹⁶ que ainda questiona se a UEMOA não foi constituído justamente para contrabalançar a influência da Nigéria na CEDEAO. O facto é que a Nigéria é o país que mais vezes ocupou o lugar de Secretário Executivo. ¹⁷

- c) **Questão da rotatividade:** verifica-se que alguns países da CEDEAO nunca ocuparam os cargos dirigentes, de Secretário Executivo, Presidente e Vice-Presidente da Comissão. É o caso de Cabo Verde e da Guiné Bissau. É possível deduzir que o princípio de rotatividade estabelecido não aproveita a todos os países, o que se deve reflectir na falta de vontade política em cumprir os protocolos assinados.

2.3. Eixos Estratégicos para a integração regional

Os principais eixos estratégicos de integração na CEDEAO desdobram-se em: **I)** securização da região através da resolução de vários conflitos e dos mecanismos de manutenção da paz e segurança disponíveis (anexo5), **II)** construção de uma união aduaneira, **III)** construção das infra-estruturas, **IV)** concepção de políticas de convergência macroeconómica, que incluem objectivos como a adopção de uma moeda comum e a construção de um mercado integrado para fomentar as trocas intra-regionais, mas que têm sido sucessivamente adiados, **V)** e, ainda, as políticas sectoriais, como a ECOWAP (Política Agrícola da CEDEAO). A implementação dos eixos estratégicos tem sido lenta. A concepção das políticas de convergência macroeconómica tem sido sucessivamente adiada, apesar da sua discussão estar sempre na agenda. Assim, torna-se necessário encontrar eixos complementares de

¹⁶ Bundu A, *Ecowas and the Future of regional Integration*

¹⁷ Anexo 3 e 4

integração, para além dos previstos no tratado, que possam complementar o processo de integração regional conduzida pelos Governos. A própria organização sentiu a necessidade de alargar os horizontes da integração regional, em face do contexto de instabilidade política e pouca *performance* económica, e lançou a visão da CEDEAO para o ano 2020, que dá ênfase às populações, assim como o plano estratégico. A realização desta visão passa, entre outras pela implementação das políticas sectoriais já adoptadas: ECOWAP, política industrial, política energética, política comercial e programa comunitário de desenvolvimento.

3. Cabo Verde e a sua Inserção na CEDEAO

3.1. *Caracterização de Cabo-Verde*

O arquipélago de Cabo Verde é constituído por 10 ilhas situadas no Oceano Atlântico Médio. Dista 450 Km do Senegal, na Costa Ocidental Africana. O país é cultural e religiosamente homogéneo. Tem poucos recursos naturais e uma pluviometria reduzida. A agricultura emprega 70% da população activa, mas o país tem apenas 10% de terra arável. Os períodos de seca estiveram na origem da emigração cabo-verdiana. O país importa a maior parte dos alimentos e todo o combustível que consome.

A formação da sociedade cabo-verdiana é relativamente recente. O arquipélago começou a ser habitado em 1462, depois do seu achamento pelos portugueses e a subsequente colonização. Tornou-se independente de Portugal a 5 de Julho de 1975. Foi povoado essencialmente por portugueses e africanos provenientes da Costa Ocidental, na condição de escravos.

Cabo Verde registou ganhos políticos importantes durante as últimas décadas e é reconhecido como um dos países mais abertos da África Subsariana. Tem um sistema democrático já consolidado, com alternâncias políticas pacíficas, um Estado de direito onde vigora o princípio da separação de poderes, a hierarquia das normas e o respeito pelos direitos fundamentais. Apresenta bons indicadores económicos e sociais, factores que contribuíram para a sua graduação a país de rendimento médio.

O crescimento rápido que se verificou desde os anos 1990 teve impacto na redução da pobreza, apesar das desigualdades sociais continuarem a ser grandes. Cabo Verde possui uma economia pequena e aberta, voltada sobretudo para o sector dos serviços, revelando-se bastante vulnerável aos choques externos. Como não possui recursos internos, a economia cabo-verdiana é altamente dependente de fontes externas de financiamento. A sua relação com o exterior está fortemente concentrada, dependendo especialmente dos fluxos com o espaço económico europeu. Com efeito, os principais fluxos da sua economia, como o investimento directo estrangeiro (IDE), as receitas do turismo e as remessas dos emigrantes, provêm maioritariamente da Europa e a sua moeda,

o escudo cabo-verdiano, tem uma relação de paridade fixa com o Euro, baseada no Acordo de Cooperação Cambial estabelecido com Portugal em 1988 e posteriormente reconhecido pela União Europeia. Igualmente, as suas trocas comerciais, tanto exportações como importações, são essencialmente realizadas com a Europa.

Quadro 1: Perfil dos Países

Países	Superfície (Km2)	População	Média de anos de escolaridade 2011	Esperança de vida ajustada à saúde 2007 (anos)	RNB per capita	IDH – Posição	Ibrahim Index sobre governação- Índice 100	Afluxo de Remessa-% PIB 2009	IDE (% do PIB-2009)	Comércio Intra-regional 2000-2007		Doing Business 2012
										IMP	EXP	
Benim	115.762	9.1	3,3	50	1.508	167	60	3,6	1,4	217,3	61,2	175
Burkina Faso	274.000	17.0	1,3	43	1.187	181	55	1,2	2,1	317,1	41,8	153
Cabo Verde	4.033	0.5	3,5	61	3.644	133	79	9,4	7,7	16,0	0,2	122
Costa do Marfim	332,462	20,2	3,3	47	1.701	170	36	0,8	1,6	1062,5	1452,5	177
Gâmbia	11.295	1,8	2,8	51	1.415	168	52	10,9	5,4	95,0	1,7	147
Gana	238.538	25,0	7,1	50	1,552	135	66	0,4	6,4	978,0	132,3	64
Guiné- Bissau	36.125	1.5	2,3	42	1,071	176	37	5,6	1,7	36,7	14,6	179
Guiné Conacri	245.860	10,2	1,6	47	1,048	178	38	1,6	1,2	120,1	17,7	178
Libéria	111.370	4,1	3,9		396	182	45	6,2	24,9	70,5	10,6	149
Mali	1.240.192	15,8	2,0	42	1.185	175	54	4,5	1,2	429,7	6,5	151
Níger	1.267.000	16,1	1,4		690	186	44	1,7	13,7	155,7	86,6	176
Nigéria	923.768	162,5	5,0	42	2.203	156	41	5,5	3,3	541,1	1867,2	131
Senegal	193.000	12,8	4,5	51	1.817	155	57	10,6	1,6	326,4	376,2	166
Serra Leoa	71.710	6,0	2,9	35	808	180	48	2,4	3,8	54,4	2,5	140
Togo	56.785	6.2	5,3	51	850	162	46	10,7	1,8	91,8	215,7	156

Fonte: Compilação dos dados Relatórios do Desenvolvimento PNUD 2011; Do Mo Ibrahim Index 2012 e do Relatório Doing Business 2012 do BM e CNUCED 2009

3.2. Posição de Cabo-Verde na CEDEAO - uma análise comparativa

O quadro I indica que em termos territoriais e demográficos, Cabo Verde é o mais pequeno país da CEDEAO. Todavia, se analisarmos os dados como o Rendimento Nacional Bruto per capita (RNB pc) e o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) é o país que tem melhor desempenho. Também a esperança de vida ajustada à saúde é a mais elevada da região, enquanto a média de anos da escolaridade se situa ao nível da maior parte dos países da região. O PNUD considera que Cabo Verde e Gana são os únicos países de Desenvolvimento Humano médio da região e Cabo Verde tem boas perspectivas para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O Índice Mo Ibrahim¹⁸ para boa governação em África (2012), criado em 2007 pela fundação Mo Ibrahim, coloca Cabo Verde como um dos países mais bem governados de África e, seguramente, o país com melhor pontuação a nível da África Ocidental .

No que diz respeito ao “ambiente de negócios”, o Relatório “Doing Bussiness de 2012, produzido pelo Banco Mundial, coloca Cabo Verde na 122ª posição a nível mundial. Está à frente de todos os Países da CEDEAO, com excepção do Gana que ocupa a 66ª posição.

Os dados mostram que as trocas comerciais de Cabo Verde com os outros países da CEDEAO são irrisórias e representam em média, entre 2000 e 2007, 5 milhões de dólares. (CNUCED 2009).A Nigéria, Costa do Marfim, Gana e Burkina Faso são os países que têm mais expressão a nível do comércio intra-regional. Compulsando os dados do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde relativamente aos anos de 2000 a 2011, constata-se que Cabo Verde registou trocas comerciais com o Senegal e Costa do Marfim. Os números são insignificantes se comparados com as trocas comerciais realizados com os Países da Europa Ocidental. Se em 2000 importava 0,5% do Senegal e 0,6% da Costa do Marfim, já em 2004, regista um aumento, sendo 0,8 para Costa do Marfim e 0,7 para o Senegal, voltando a cair em 2011 com 0,1 para Costa do Marfim e 0,6 para o Senegal. Cabo Verde apenas

¹⁸ O índice Mo Ibrahim analisa aspectos como: segurança. Corrupção, Estado de Direito, Direitos Fundamentais e Oportunidades Económicas.

exportou para o Senegal, mas em quantidades irrisórias, e o máximo atingido foi de 1,21 % em 2002. Houve períodos, como o de 2005 a 2010, em que nem sequer houve exportação.

3.3. Desafios de Desenvolvimento e Estratégias de inserção de Cabo-verde na CEDEAO

Cabo-Verde passou a fazer parte da CEDEAO através do Tratado da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que entrou na ordem jurídica interna de Cabo Verde através da Decisão com Força de lei n.2/81, de 11 de Fevereiro de 1981.

A pergunta que se nos impõe, em primeiro lugar, é a de saber que motivações conduziram ao processo de integração de Cabo Verde na CEDEAO. Para responder à questão, recorreremos à análise dos sucessivos programas de governo e dos planos nacionais de desenvolvimento para tentar compreender os contornos que a integração regional assume.

O Programa do Primeiro Governo de Cabo Verde independente explicita a sua opção pela integração africana ao dispor que “Cabo Verde é parte integrante de África e membro activo da comunidade africana na luta pela unidade e libertação total da dominação colonial, do racismo e da repressão social”.

O Programa do Governo de 1981/1985, posterior à adesão de Cabo Verde á CEDEAO afirma que “tudo faremos para que a nossa sub-região oeste-africana seja uma zona de paz e de desenvolvimento integrado, procurando o estreitamento das relações com os estados vizinhos (...)” e A República de Cabo Verde continuará a apoiar a luta de libertação nacional em África (...)” (pag 27 do Programa de Governo 1981-1985).

Em ambos os programas transparecem as motivações políticas, bem como o pan-africanismo, enquanto no 2º programa também se vislumbra alguma motivação de natureza económica, porquanto coloca a questão de integração regional como forma de acelerar o desenvolvimento e “procura de soluções para interesses comuns”.

Quanto aos Planos Nacionais de Desenvolvimento, até 1996, apenas faziam referências políticas sem explicitar a estratégia de integração regional a ser seguida.

O Programa de Governo de 1996 -2001, assim como o plano Nacional de Desenvolvimento para o mesmo período, têm uma abordagem diferente quanto á questão da integração. O

Programa elege a CEDEAO como uma prioridade da política externa e o Plano anuncia medidas concretas para o efeito. Mas sem consequências práticas.

O Programa de Governo 2001/2005 aborda amplamente a questão da integração regional principalmente nas vertentes do comércio externo e dos princípios orientadores da política externa. Constan do referido programa, por exemplo: o reforço da Célula Nacional da CEDEAO; o reforço das relações comerciais com a Macaronésia, os PALOP, e os EUA no quadro do Africa Growth and Opportunity Act (AGOA); a Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio (OMC); o Acordo de Cotonou; e a criação de uma Zona de Livre Troca com a União Europeia. Coloca ainda a questão do aprofundamento da integração regional, como uma componente para a valorização geoeconómica de Cabo Verde. Igualmente, o programa prevê a necessidade de “reforçar a inserção, contribuindo de forma activa pra a busca de soluções de paz (..)” no quadro da região. (pags.126 a 133 do programa 2001-2005). Neste programa aparecem, portanto, as vertentes política, económica e de paz e segurança.

Os Programas de Governo seguintes afloram muito levemente a questão da integração regional. Mesmo o actual Programa de Governo 2011/2016 fala apenas em “aprofundar a integração regional de Cabo Verde, nomeadamente na CEDEAO, na CPLP e na Macaronésia”. Apesar disso, tem havido uma intensificação do relacionamento com o espaço oeste-africano, através da participação em vários eventos organizados pela CEDEAO. A questão da integração regional é uma constante nos programas de Governo. O que varia é a profundidade ou a ligeireza com que é tratada.

Uma análise ao primeiro e segundo Programa de Governo, permite-nos distinguir que “o factor político é que dá mote ao processo de integração regional” (Robson 2008). Com efeito, a opção pela integração regional acontece logo após a independência nacional¹⁹: O Governo da altura tinha comungado dos princípios do movimento pan-africanista e dos ideais da luta de libertação do continente Africano. Portanto, nada mais natural do que se inserir num espaço onde Cabo Verde já tinha aliados. Contudo, a natureza de Cabo Verde como país aberto ao mundo encontra-se presente em todos os Programas de Governo.

¹⁹ O pedido de adesão a CEDEAO foi em 1976 e a ratificação do tratado 1981

Nos programas seguintes, já com o país politicamente consolidado, começam a surgir motivações de ordem económica, assim como a vertente da paz e segurança. É também nessa altura que aparece a necessidade de Cabo Verde se inserir, ou pelo menos manter relações estreitas, com outros espaços para além da CEDEAO. Assim, a integração regional na CEDEAO é percebida pelos Governos cabo-verdianos como uma das formas de integração na economia Mundial, a par de outras iniciativas de integração. A integração na CEDEAO, constitui, por isso, mais um eixo do processo de desenvolvimento do país.

Se é certo que a questão da integração regional está sempre presente nos Programas de Governo, o seu impacto no aprofundamento da integração é insignificante. Durante muito tempo, sentiu-se o desinteresse pela CEDEAO. Por exemplo, Cabo Verde não ratificou tratados importantes da CEDEAO,²⁰ não esteve presente na Cimeira de Abuja em 2006, quando se tomou a decisão de transformar o Secretariado em Comissão, etc.

Recentemente, a postura do arquipélago em relação á CEDEAO mudou e é visível uma abordagem mais participativa no processo de construção regional. Tem havido uma intensa campanha diplomática e política através da participação de delegações cabo-verdianas de alto nível nas reuniões da CEDEAO, o país tem sediado reuniões e outros eventos da CEDEAO, como a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO e Brasil, Conselho de Ministros da CEDEAO, seminário sobre a livre circulação, etc.

Coloca-se, então, a questão de saber o que poderá ter despertado novamente o interesse de Cabo Verde para com a CEDEAO.

Cremos que na base desta mudança está a necessidade do país encontrar espaços complementares de financiamento do seu desenvolvimento. A crise que afecta a Zona Euro, espaço com o qual Cabo Verde tem uma Parceria Especial, tem tido impactos directos no crescimento do País. Além disso, o declínio da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), a adesão à OMC e a graduação do país a rendimento médio, trazem responsabilidades acrescidas que obrigam o país a encontrar novas fontes para financiar o seu crescimento.

De acordo com o Relatório do Banco Mundial 2011, alguns países da África Ocidental têm registado um aumento rápido do crescimento, particularmente a Nigéria e Gana. O

²⁰ Anexo6

crescimento destes países poderá ser um factor de atracção para Cabo-Verde. Outro factor de peso é o manifesto interesse que alguns parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde e alguns países emergentes têm demonstrado no aprofundamento das relações com a CEDEAO. Estamos a referir-nos à União Europeia, Brasil, China, Japão etc. Cabo Verde poderá ver nesse interesse uma oportunidade para fazer uso da sua posição geopolítica e geoestratégica, conforme o disposto nas Grandes Opções do Plano que propõem que as ilhas sejam transformadas num *hub* de comércio e transporte entre a Europa e a África”.

3.4. Factores de Aproximação, de afastamento e especificidades de Cabo Verde

3.4.1. Factores de Aproximação

Cabo Verde apresenta algumas semelhanças com os Estados Membros da CEDEAO no que diz respeito a factores de natureza geográfica, histórica, social e institucional.

- ✓ **Geográfico.** Cabo Verde está a uma distância de cerca de 455 km do Senegal. A sua situação geográfica permite que partilhe algumas características com os Países da CEDEAO, tais como o clima, e a inclusão na Zona do Sahel, padecendo dos mesmos efeitos da seca. Cabo-Verde partilha fronteiras marítimas legalmente estabelecidas com o Senegal e a Mauritânia, e faz parte do Comité de Ligação dos Países Ribeirinhos da África Ocidental²¹.
- ✓ **Histórico.** O povoamento de Cabo Verde, conforme foi já referido, fez-se com escravos trazidos da Costa Ocidental Africana, portugueses e outros povos europeus. Portanto povos da África Ocidental deram o seu legado na génese do povo cabo-verdiano. À semelhança dos demais países da África ocidental, Cabo Verde também foi uma colónia de potências ocidentais, o que faz com que desde logo a forma da organização do Estado, as administrações as instituições sejam inspirados nos modelos existentes nas antigas metrópoles. São países que acolheram o movimento de libertação nacional de Cabo Verde, cuja luta foi feita em parceria com um dos actuais países da CEDEAO, a Guiné Bissau. Além disso, como a maior parte dos

²¹ Esta Comissão prepara os trabalhos da extensão da Plataforma Continental. São membros Cabo Verde, Gâmbia, Guiné Conacri, Guiné Bissau, Senegal, Mauritânia, Serra Leoa

países da região, Cabo Verde instaurou logo depois da sua independência um regime de partido único.

- ✓ **Institucional.** Cabo-Verde faz parte de algumas organizações regionais, sub-regionais e internacionais de combate à seca e à desertificação, como o CILSS, que é composto por Benim, Burkina-Faso, Cabo-Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia; Níger, Senegal e Chade.
- ✓ **Social.** Semelhanças quanto aos desafios do desenvolvimento e o combate à pobreza. São países receptores da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e por isso sujeitos ao cumprimento de critérios estabelecidos pelos Países doadores da APD. Também muitos dos Estados Membros contam com as remessas de emigrantes para financiamento da economia.

Os factores de aproximação trazem elementos para potenciais políticas comuns como por exemplo no âmbito da capacitação institucional, na estratégia de crescimento e redução da pobreza, na optimização das remessas dos emigrantes, na negociação da APD etc.

3.4.2. Especificidades

O Tratado Constitutivo da CEDEAO prevê o tratamento diferenciado para os Estados Membros que apresentam especificidades. O princípio está consagrado no art.68º, que prevê que os países insulares e os Estados enclaves devem ser objecto de tratamento diferenciado em matérias que assim o justifiquem. Cabo Verde, como único Estado insular da região pode fazer uso da referida cláusula de especificidade.

O Programa de Governo 2006-2011 dá indicações de que pretende fazer valer a cláusula, porquanto afirma que Cabo Verde deverá procurar vias para uma mais adequada inserção na CEDEAO, atentos aos interesses decorrentes da estratégia de transformação de Cabo Verde e tomando em devida conta as vulnerabilidades estruturais e actuais do país. Alguns dirigentes também têm tentado fazer uso da cláusula. O antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros Victor Borges, em 2007, tinha na agenda a negociação de um Estatuto

Especial²² para Cabo Verde, ao abrigo da cláusula de especificidade. O actual Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, José Luís Rocha, no artigo “ Cabo-Verde e a CEDEAO, os desafios da integração regional” considera que uma das vertentes em que “Cabo verde podia solicitar o tratamento diferenciado, seria na área da livre circulação; na cláusula de salvaguarda para a construção da União Aduaneira e do mercado comum, da moeda única e ainda na negociação do acordo de Parceria Económica”. (Rocha 2011)

Contudo, Cabo Verde ainda não fez uso da cláusula da especificidade.

3.4.3. Factores de afastamento: As Múltiplas insularidades

De acordo com o que atrás foi referido, Cabo Verde possui especificidades que o distinguem dos demais países da região e que se podem traduzir num relativo afastamento. Com efeito, Cabo Verde é um País de insularidades múltiplas em relação á CEDEAO, de que podemos destacar as seguintes:

- ✓ **Insularidade linguística.** Cabo Verde e a Guiné Bissau são os únicos Estados Membros cuja língua oficial é o português. Os demais estados, ou são de língua oficial inglesa ou francesa. Como foi referido, a documentação na versão portuguesa é escassa e os trabalhos da organização são em língua inglesa e francesa. Esta estruturação condiciona à partida a participação de Cabo Verde, quer a nível governamental, quer a nível da sociedade civil, que não domina aquelas duas línguas. Por outro lado, os países que partilham a mesma língua tendem a ter instituições similares.
- ✓ **Insularidade Estado Nação.** A Nação Cabo-verdiana e o Estado são indissociáveis. Não existem clivagens étnicas ou raciais. Nos restantes Países da CEDEAO, coabitam lado a lado várias etnias e nem sempre de forma pacífica. Ademais, a sociedade cabo-verdiana constituiu-se com as descobertas e o subsequente povoamento e colonização das ilhas, que antes eram inabitadas. Os restantes países da CEDEAO tinham estruturas sociais bem enraizadas aquando da colonização.

²² Fonte jornal a Semana

- ✓ **Insularidade religiosa.** Cabo Verde é o único país da CEDEAO em que mais de 90% da população professa a fé cristã. Nos restantes países, coabitam várias religiões e que nem sempre convivem harmoniosamente, podendo constituir-se em focos de tensão, como na Nigéria e o conflito entre cristãos e islamitas, ou os casos de fundamentalismo islâmico em países como o Mali.
- ✓ **Insularidade Política e Social.** Em Cabo Verde, a paz social e a estabilidade política estão bem consolidados, enquanto nos restantes Países da CEDEAO se vive num clima de instabilidade social e política, onde estão presentes ameaças de golpes de estado e de guerras civis, e se observam défices, na implementação da democracia e do estado de direito.
- ✓ **Insularidade na estrutura da economia.** A economia cabo-verdiana é maioritariamente virada para os serviços enquanto a economia dos restantes países da CEDEAO são essencialmente agrícolas e exportadoras de matérias-primas.
- ✓ **Insularidades nos antecedentes.** A CEDEAO nasceu da dissolução de algumas organizações que já existiam como a CEAO e a MRU. Cabo-Verde nunca tinha feito parte de nenhuma organização regional e nem sequer manteve contactos estreitos com os países da sub-região, devido ao próprio contexto político da altura. Consequentemente, regista défices no conhecimento da organização e maiores dificuldades no estabelecimento de alianças.

Estas insularidades não ultrapassadas fazem com que o nível de integração de Cabo Verde esteja necessariamente condicionado.

3.5. Contribuições da CEDEAO para Cabo Verde

Cabo Verde é um micro estado, contudo, isso não o impede de poder ser um Estado influente na região. Cabo Verde goza de uma boa imagem na comunidade internacional, como um bom gestor da APD e cumpridor das políticas estabelecidas com os parceiros internacionais, tem um dos melhores níveis de desenvolvimento da região, o que poderá constituir uma mais-valia perante os outros Estados da região.

Cabo Verde poderá encontrar oportunidades de desenvolvimento e de projecção na CEDEAO em vários domínios, que poderão ser capitalizados a favor do seu desenvolvimento:

- a) A CEDEAO é um espaço rico em recursos naturais, com um peso demográfico considerável, tem potencialidades que ainda necessitam de ser exploradas e que se traduzem em oportunidades que não se podem desperdiçar. Pode permitir que Cabo Verde extravase os limites da sua insularidade e tire proveito das potencialidades que o espaço oferece através dos protocolos estabelecidos. Pode assumir o papel de catalisador de serviços para outros países beneficiarem do vasto mercado da CEDEAO. Pode -se constituir numa porta de entrada para o mercado da CEDEAO, estabelecendo parcerias com o sector privado e com o governo dos países de proveniência do IDE. (Grandes Opções do Plano 2002)
- b) Do ponto de vista geopolítico, Cabo-Verde está inserido num espaço em que os princípios da democracia, do estado do direito e da alternância política tem alguns défices. Cabo-Verde, reconhecido pela comunidade internacional como respeitador dos princípios atrás referidos, apresenta-se naturalmente como um país que pode ser activo no processo através do seu exemplo e da sua experiência. Cabo Verde já foi objecto de vários casos de Estudo pelos peritos do BAD e da ONU e é apontado como um exemplo de referência para África.
- c) Cabo Verde situa-se no Atlântico médio no cruzamento entre a África a Europa e a América. No passado serviu de ponte de ligação entre os três continentes. E poderá explorar a possibilidade de ter uma função geoestratégica. O Atlântico já foi usado como um corredor para o desenvolvimento mundial

d) A instabilidade na região da África Ocidental poderá ter efeitos e impactos directos em Cabo Verde. Por isso, Cabo Verde tem procurado assumir o perfil de um país útil na gestão de conflitos na África ocidental, defendendo, em cada caso, a negociação e o diálogo para permitir uma saída negociada dos conflitos. Foi essa a postura que adoptou, em particular, no conflito da Guiné Bissau, incluindo a organização na Praia de uma Mesa redonda sobre a Reforma do sector da segurança (RSS) na Guiné Bissau, em Abril de 2009, e mais recentemente no da Costa do Marfim, no quadro na mediação sob os auspícios da CEDEAO.

A região da CEDEAO é assolada por tráficos (drogas, seres humanos) com consequências em Cabo-Verde, devido á partilha de águas territoriais. Assim, torna-se necessário que haja políticas comuns de defesa e segurança e Cabo Verde tem tido um papel activo ao acolher a “Reunião do Combate ao Tráfico de drogas da UNODC”

O Acordo de Parceria Especial assinado entre Cabo Verde e a União Europeia, contém um Pilar Defesa e Segurança que prevê uma colaboração estreita no que diz respeito à defesa da fronteira sul da Europa e na segurança da costa ocidental africana.

3.6. *Algumas realizações da CEDEAO em Cabo Verde*

Como foi referido logo no início, em matéria de integração económica, a CEDEAO ainda não alcançou o patamar desejável, por isso os ganhos conseguidos ainda não são significativos. A pertença à CEDEAO terá que ser analisada mais numa perspectiva futura face às potencialidades que o espaço oferece. E isso irá depender sobretudo da vontade política e da capacidade de realização de cada um dos seus Estados membros. Em relação a Cabo Verde também os ganhos conseguidos não são notórios, mas pode-se apontar:

- ✓ Acolhimento de algumas instituições da organização como é o caso do Instituto da África Ocidental e do Centro Internacional para Energias Renováveis.
- ✓ Transferência de recursos humanos qualificados. O cargo de Vice-Presidente do Tribunal da Justiça é ocupado por um cabo-verdiano. Ainda, de acordo com as decisões saídas na 43^a reunião ordinária CEDEAO, Cabo-Verde irá indicar um

Comissário à Comissão da CEDEAO, que passará agora a contar com 15 comissários, ou seja, todos os países terão um comissário.

3.7. Desvantagens apontadas

As desvantagens apontadas quanto a à pertença de Cabo Verde à CEDEAO dizem respeito às questões de natureza política, cultural e, também, de natureza económica e podemos apontar como principais desvantagens as seguintes:

- ✓ Pertença a uma organização, ou espaço que mal conhece. Mesmo as elites políticas e intelectuais têm pouco conhecimento sobre o espaço. Também a investigação na matéria é escassa.
 - ✓ Quotas elevadas.
 - ✓ Funcionamento deficitário da organização
 - ✓ Má aplicação do acordo de livre circulação, com consequências em relação ao facto de Cabo Verde não poder comportar uma demanda massiva de cidadãos comunitários²³
 - ✓ Pouca afinidade cultural com os Estados que compõem a organização o que poderá originar algumas clivagens
 - ✓ A insegurança e a má governação de que padecem vários Estados da Região.
 - ✓ A pouca influência de Cabo Verde na organização e nos destinos da organização.
 - ✓ Diferenças nos percursos de desenvolvimento de Cabo Verde e dos países da CEDEAO. Enquanto Cabo Verde teve um percurso de desenvolvimento ascendente, os países da CEDEAO mantiveram-se estagnados. (Estevão, em publicação)
- Tendo em conta a natureza deste trabalho, não nos é possível refutar ou subscrever plenamente as dificuldades apresentadas. Mas de uma análise rápida é possível perceber que há obstáculos que podem ser suprimidos através de uma negociação ou renegociação ou adendas a engagements assumidos. Além do mais, Cabo Verde pode fazer uso da cláusula da especificidade previsto no tratado. Outrossim, o aproveitamento das potencialidades da CEDEAO tem de estar associado a um maior

²³ Para mais informações consultar artigo do Dr. Manuel Amante da Rosa.

conhecimento da região e, para isso, é necessário investir na aquisição de conhecimentos.

É evidente o desfasamento económico entre Cabo Verde e os países da CEDEAO, mas isso não será benéfico no que diz respeito à instalação de empresas cabo-verdianas em locais onde a mão-de-obra é mais barata?

4. Conclusão

A pertença de Cabo Verde à CEDEAO pouco ou nenhum impacto teve no crescimento económico e no desenvolvimento do país. Em causa está o facto da CEDEAO ser uma região que tem sido confrontada com vários factores inibidores do processo de integração regional e do desenvolvimento económico dos seus Estados membros, entre os quais se destacam as guerras civis, a corrupção, ausência de instituições consolidadas e a fragilidade económica e social dos Estados membros. Como ficou referido é necessário que aspectos fundamentais como a paz, a democracia, o respeito pelos direitos humanos, a estabilidade económica e social, o fortalecimento das instituições sejam uma realidade, para que as energias possam ser canalizadas de forma duradoura para a vertente de integração económica. Também importa dizer, que embora os focos de instabilidade ainda permaneçam na região, a CEDEAO tem trabalhado de forma contínua nas questões de gestão de conflitos e manutenção da paz, condição *sine qua non* para a criação de um quadro estrutural propício à integração regional. Também se nota uma evolução positiva no que diz respeito à democracia e ao estado de direito.

Além disso, durante muito tempo Cabo Verde não teve uma verdadeira estratégia de inserção na CEDEAO, apesar de esse desiderato ter integrado todos os programas de governo.

Recentemente, registou-se uma mudança no modo como o arquipélago tem encarado a questão da integração regional. Com efeito o país tem estado mais presente nos encontros regionais e tem acolhido algumas instituições da CEDEAO.

Com efeito, Cabo Verde possui uma pequena economia, aberta ao mundo, tem dependido sobretudo da sua relação com a Europa, seu principal parceiro. A recessão que tem atingido a zona euro também tem tido impacto em Cabo Verde. Assim, torna-se imperativo que Cabo Verde diversifique as suas parcerias. Neste sentido, entendemos que uma das alternativas que se apresentam a Cabo Verde, seria a dinamização da sua inserção na CEDEAO. Consideramos que para o futuro essa política poderá trazer ganhos tendo em conta que a CEDEAO é uma região que encerra enormes potencialidades por explorar, como sejam, a abundância de recursos naturais uma dimensão populacional e territorial

considerável. Neste contexto, Cabo Verde, como um pequeno Estado insular, com uma população reduzida, com falta de recursos naturais e uma pequena dimensão territorial, pode encontrar no espaço da CEDEAO, através de mecanismos comunitários adequados, a forma de ultrapassar os seus constrangimentos naturais.

Vários autores têm defendido que a pertença a espaços de integração regional nos países em vias de desenvolvimento poderá trazer ganhos que não se traduzem apenas nos de cariz meramente económicos. No caso concreto de Cabo Verde, o aprofundamento da integração pode trazer os seguintes ganhos:

- ✓ Servir de ponte de ligação entre África, Europa e América, através da sua posição geopolítica e geoestratégica
- ✓ Partilhar a sua experiência na implementação da democracia e do estado de direito. Cabo Verde, como país aberto ao mundo e conhecido pela sua estabilidade política e performance económica poderá ter uma influência natural na CEDEAO.
- ✓ Fomentar a paz, a estabilidade e segurança regional. Cabo Verde teria um contributo valioso a dar tendo em conta a sua estabilidade e os engagements internacionais assumidos, na qual se destaca a Parceria Especial com a União Europeia, cuja vertente segurança assume um peso extraordinário na questão de segurança regional.

A integração regional também apresenta algumas desvantagens que são passíveis de serem minimizadas com a inserção de Cabo Verde noutros espaços de integração regional, pois só assim conseguiria a complementaridade necessária para dinamizar o seu processo de desenvolvimento. A situação geográfica de Cabo Verde e a sua história, que permitiram o cruzamento entre povos, também o condicionam a agir nesse sentido.

5. Referências Bibliográficas

6. Adewoye, Ominiya (1997). "Constitutionalism and Economic Integration". In: Lavergne, Réal (dir.) (1997), *Regional integration And Cooperation in West Africa*. Trenton NJ, Africa World Press, pp. 321-332.
7. Adoveti, Stanislas (1997). "Cultural Dimensions of Economic and Political Integration in Africa". In: Lavergne, Réal (dir.) (1997), *Regional integration And Cooperation in West Africa*. Trenton NJ, Africa World Press, pp. 65-75.
8. AfDB (2012). *Cape Verde. The Road Ahead*. Tunis, African Development Bank. Disponível em: <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Cape%20Verde%20-%20The%20Road%20Ahead.pdf>.
9. Bach, Daniel C. (1997). "Institutional Crisis and the search for New Models". In: Lavergne, Réal (dir.) (1997), *Regional integration And Cooperation in West Africa*. Trenton NJ, Africa World Press, pp. 77-101.
10. BAD (2011) *Document de Stratégie d'Intégration Régionale pour l'Afrique de L'Ouest 2011 -2015* [on-line]. Banque Africaine de Développement, Mars 2011. Disponível em www.afdb.org/countries/west.africa
11. Badiane, Ousmane (1997). "National Policies as impediments to Regional Economic Integration". In: Lavergne, Réal (dir.) (1997), *Regional integration And Cooperation in West Africa*. Trenton NJ, Africa World Press, pp. 151-163.
12. BafD et al (2011). *Perspective économiques en Afrique 2011*. Banque africaine de Développement, Organisation de Coopération et de Développement Économiques, Programme de Développement des Nations Unies, Commission Économique des Nations Unies pour l'Afrique [On-line]. Disponível em www.afdb.org/african.-economic-outlook
13. Bourenane, Naceur (1997). "Theoretical and Strategic Approaches". In: Lavergne, Réal (dir.) (1997), *Regional integration And Cooperation in West Africa*. Trenton NJ, Africa World Press, pp. 49-63.
14. Bundu, Abass (1997). "ECOWAS and the future of regional Integration in West Africa". In: Lavergne, Réal (dir.) (1997), *Regional integration And Cooperation in West Africa*. Trenton NJ, Africa World Press, pp. 29-47.
15. CEA, UA, BAD (2010). *État de l'intégration Régionale en Afrique IV. Développer le Commerce Intra-Africain*. Addis-Abeba, Commission Économique pour l'Afrique. [On-line]. Disponível em www.uneca.org/fr

16. CEDEAO (2010). *Le Plan Stratégique Regional 2011-2015*. Abuja, Communauté Économique Des États de l'Afrique de L'Ouest. [On-line]. Disponível em www.spu.ecowas.int/
17. CEDEAO-UNSTATS (2008). *Profil de Pauvreté dans les Pays de la CEDEAO*. Abuja, Communauté économique des États de l'Afrique de l'Ouest [On-line]. Disponível em: http://unstats.un.org/unsd/publication/ecowas_poverty_profile_f.pdf.
18. CNUCED (2009). *Renforcer l'Intégration Économique Régionale pour le Développement de l'Afrique*. Le Développement Économique en Afrique, Rapport 2009 [On-line]. Disponível em: http://unctad.org/fr/docs/aldcafrica2009_fr.pdf.
19. CNUCED (2013) *Le Développement Économique en Afrique Commerce intra-africain, Libérer le Dynamisme du Secteur Privé*. Disponível em: unctad.org/fr/publicationsLibrary/aldcafrica2013
20. Commission Européenne (2008). *Document de Stratégie et Programme indicatif Régionale pour l'Afrique de l'Ouest 2008-2013*. Strasbourg, Disponível em ec.europa.eu/development/icenter
21. Conselho de Ministros (2001). *As Grandes Opções do Plano, 2002-2005, Uma agenda estratégica*, disponível em www.minfin.gov.cv . Acedido em 23/07/2012
22. Conselho de Ministros (2001). *Programa de Governo 2001-2005*. Resolução nº5-A/2001, publicado no *Boletim Oficial* nº6, 2º suplemento.
23. Conselho de Ministros (2006). *Programa de Governo 2006- 2011*. Publicado no *Boletim Oficial*, I série, nº14.
24. Decreto-Lei nº 22/2010. *Criação do Instituto da África Ocidental*. Publicado no *Boletim Oficial* nº24, I série.
25. Delgado, José Pina (2007-2008). “A Vinculação de Cabo Verde Ao mecanismo de Segurança da CEDEAO”. Separata de *Direito e Cidadania*, nº27.
26. ECOWAS (2011). *Ecowas Vision 2020, Towards A Democratic and Prosperous Community*. Abuja, Economic Community Of West African States [On-line]. Disponível em www.spu.ecowas-vision-2020.
27. Estêvão João (em publicação) “Cabo Verde entre a integração económica internacional e a integração regional: dilemas e contradições”. In: Sarmiento, Cristina Montalvão (coord.), *Cape Verde: Between West Africa, Europe and the Democratic Process*. Lisboa, Observatório Político.
28. Estêvão João (em publicação). “Os percursos da integração económica internacional e os dilemas da Política externa cabo-verdiana”. In: Costa, Suzano (coord.) *As Relações Externas de Cabo Verde: entre a Ambivalência Prática e a Retórica Discursiva*. Praia, Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais

29. Estêvão, João (2012). *A Economia Institucional*. Apontamentos da disciplina de Economia do Desenvolvimento, ISEG/UTL, 2012
30. Gomes, Joaquim (2009). *A inserção de Cabo Verde na CEDEAO. O Comércio e as Migrações*. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
31. Governo de Cabo Verde (1975). *Programa de Governo de 1975*. Literatura avulsa, Biblioteca do palácio de Governo Cabo Verde.
32. Governo de Cabo Verde (1981) *Programa de Governo de 1981-1985*. Literatura avulsa. Biblioteca do Palácio de Governo Cabo Verde.
33. Governo de Cabo Verde (1986). *Programa de Governo de 1986-1990*. Literatura avulsa, Biblioteca do Palácio de Governo Cabo Verde.
34. Governo de Cabo Verde (1991). *Programa de Governo de 1991-1995*. Literatura avulsa, Biblioteca do Palácio de Governo Cabo Verde.
35. Governo de Cabo Verde (2011). *Programa de Governo. VIII Legislatura. 2011-2016*. Disponível em www.governo.cv.
36. IAO (2012). *L'Integration Régionale en Afrique de L'Ouest. La contribution des chercheurs et la strategie des Acteurs* Praia, Institut de l'Afrique de l'Ouest.
37. IFC and WB (2012). *Doing Bussiness 2012*. Washington, World Bank [on-line] Disponível em <http://www.doingbusiness.org/reports/global-reports/doing-business-2012>.
38. INE (2013). *Evolução do comércio externo, por principais países de origem e Evolução do comércio externo, por principais países de destino*. Praia, Instituto Nacional de Estatística [on-line]. Disponível em www.ine.cv/dadosstats/.aspx?5dados Acedido a 9/07/2013
39. Lavergne, Réal and Daddieh, C. Koffie (1997). "Donor Perspectives". In: Lavergne, Réal (dir.) (1997), *Regional integration And Cooperation in West Africa*. Trenton NJ, Africa World Press, pp. 103-130.
40. Meagher, Kate (1997). "Informal Integration or Economic Subversion? Parallel Trade in West Africa" In: Lavergne, Réal (dir.) (1997), *Regional integration And Cooperation in West Africa*. Trenton NJ, Africa World Press, pp. 165-187.
41. Medeiros, Eduardo de Raposo (1998). *Blocos Regionais de Integração Económica no Mundo*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
42. MFAP (2008). *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza*. Praia, Ministério das Finanças e Administração Pública, Direcção Geral do Planeamento [on-line]. Disponível em: www.gov.cv.

43. Ministério Defesa Nacional (2009). *Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional*. Disponível em: www.reformadoestado.gov.cv [acedido 03/03/2013].
44. MO Ibrahim Foundation (2012). "The Ibrahim INDEX of African Governance 2012". Disponível em: <http://www.moibrahimfoundation.org/iiag/>.
45. Pereira, Paulo Trigo (2008). *O Prisioneiro, o Amante e as Sereias*. Coimbra, Edições Almedina.
46. Pereira, Trindade José Augusto (2006). *Desenvolvimento Económico, Integração Regional e a Ajuda Externa em África*. UTL/ISCSP-, Lisboa
47. Pina, Almerinda (2010). *A Natureza Efectiva da Integração de Cabo Verde na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão
48. Presidência da República (1981). *Tratado da Comunidade dos Estados da África Ocidental*. Decisão com Força de lei n.2/81. Publicado no *Boletim Oficial* nº6, 5º suplemento, de 11 de Fevereiro de 1981.
49. Quashigah, E.K. (1997). "Human Rights and Integration. Political Dimension". In: Lavergne, Réal (dir.) (1997), *Regional integration And Cooperation in West Africa*. Trenton NJ, Africa World Press, pp. 259-277.
50. Robson, Peter (1985) *Teoria Económica da Integração Internacional*. Coimbra, Coimbra Editora
51. Rocha, José Luís (2010). "Cape Verde and ECOWAS: The Challenges of Regional Integration". *Portuguese Journal of International Affairs*. Autumn/Winter, 3-7.
52. Rosa, Manuel Amante da (2005). *A Problemática da livre circulação de pessoas e bens e o papel de Cabo Verde na Segurança da Costa Ocidental e da Fronteira Sul da União Europeia*. Praia, Fundação Amílcar Cabral
53. Seabra, Pedro (2011). "Cape Verde in 2011: Turning Atypical into Typical". *IPRIS Lusophone Countries Bulletin: 2011 Review*, 15-20.
54. Torres, Adelino (1999). *Horizontes do Desenvolvimento Africano no Limiar do Século XXI*. 2ª edição, Lisboa, Veja. Disponível em: www.adelinotorres.com (acedido a 27/08/2012).
55. UNCTAD (2012). *Economic Development in Africa. Report 2012: Structural Transformation and Sustainable Development in Africa*. New York and Geneva, United Nations. Disponível em www.unctad.org.
56. UNCTAD (2012). *Trade Liberalization, Investment and Economic Integration in African Regional Economic Communities Towards the African Common Market*. Geneva, United Nations. Disponível em: www.unctad.org.

57. UNDP (2011). *Human Development Report 2011*. New York, United Nations Development Programme and Palgrave Macmillan.
58. UNECA (2013). *Situation économique et sociale en Afrique de L'Ouest en 2011-2012 et Perspective pour 2013*. Disponível em www.uneca.org/.../16_cie_rapport_economique.
59. United Nations (2011). *World Economic Situation and Prospects 2011*. New York, United Nations. Disponível em www.un.org/en/development.
60. United Nations (2011). *The Millennium Development Goals Report 2011*. Disponível em www.un.org/millenniumgoals/
61. World Bank (2012). "Cape Verde Country overview". Disponível em: www.worldbank.org/en/country/capeverde.

Páginas Web

www.africa-union.org
www.africaneconomicoutlook.org
www.alfandegas.cv
www.afdb.org
www.asemana.cv
www.bcv.cv
www.ecowas.int
www.eiu.com
www.expressodasilhas.sapo.cv
www.governo.cv
www.inforpress.cv
www.ine.cv
www.minfin.cv
www.incv.gov.cv
www.unctad.org
www.un.org
www.worldbank.org
www.uneca.org

Anexos

Anexo 1

Protocolo relativo à constituição de empresas comunitárias

A/P.1/11/84 PROTOCOLE RELATIF AUX ENTREPRISES COMMUNAUTAIRES

LES HAUTES PARTIES CONTRACTANTES

Vu les dispositions des Articles 2 et 32 du traité de la Communauté Economique des Etats de l'Afrique de l'Ouest relatives à l'intégration et au développement des économies des Etats membres de la Communauté ;

Vu les dispositions du Protocole relatives à la définition de la notion de produits originaires des Etats membres de Communauté Economique des Etats de l'Afrique de l'Ouest ;

Vu la Résolution ECW/CM/VI Res. 26 de Novembre 1979 du Conseil des Ministres relative à l'élaboration de la politique et du Programme Industriels régionaux de la Communauté ;

Vu la Décision A/DEC. 1/5/83 en date du 30 Mai 1983 de la Conférence relative à l'adoption et à la mise en application d'un schéma unique de libéralisation des échanges de produits industriels originaires des états membres de la Communauté et la classification des Etats membres faite en son Article 4 ;

Conscients du fait que la responsabilité du développement économique de la sous-région Ouest-Africaine incombe aux Etats membres eux-mêmes ;

Considérant que dans la poursuite des objectifs du Traité, les Entreprises Communautaires constitueront des facteurs indispensables à une intégration plus rapide des économies des Etats membres et ouvriront des voies nouvelles pour des efforts conjoints dans le cadre Communautaire,

SONT CONVENUES DE CE QUI SUIIT :

ARTICLE PREMIER

DEFINITIONS

Dans le présent Protocole, on entend par :

« Traité », le traité de la Communauté Economique des Etats de l'Afrique de l'Ouest signé le 28 Mai 1975 à Lagos ;

« Communauté », la Communauté Economique des Etats de l'Afrique de l'Ouest instituée par l'Article 1 du Traité ;

" Etat Membre", un Etat membre de la Communauté ;

" Etat tiers" tout Etat non membre de la communauté ;

« Conférence », la Conférence des Chefs d'Etat et de Gouvernement de la Communauté créée par l'Article 5 du Traité ;

« Conseil », le Conseil des Ministre de la Communauté créé par l'Article 6 du Traité ;

« Secrétariat Exécutif » et « Secrétaire Exécutif », les Secrétariat Exécutif et le Secrétaire Exécutif de la Communauté prévus à l'Article 8 du Traité ;

« Le Fonds », le Fonds de Coopération de Compensation et de Développement créé par l'Article 50 du traité ;

« Commission d'Agrément », la Commission créée par l'Article 11 du présent Protocole ;

« Entreprise Communautaire », une entreprise agréée au statut d'Entreprise Communautaire aux termes du présent Protocole et jouissant des privilèges et garanties qui en résultent ;

« Entreprise nationale », une entreprise immatriculée dans un Etat membre et dont les activités sont régies par les lois nationales dudit membre ;

« Entreprise interétatique », une entreprise dont le capital social appartient entièrement à deux ou plusieurs Etats membres ;

« Citoyen de la Communauté », le citoyen tel que défini par le Protocole portant code de la citoyenneté de la Communauté ;

« Ressortissant d'un Etat membre », un ressortissant d'un Etat membre ne remplissant pas les conditions de la citoyenneté de la Communauté ;

« Unité de Compte », l'Unité de Compte définie au paragraphe 3 de l'Article 6 du Protocole relatif au Fonds ;

« Valeur ajoutée », la valeur ajoutée telle que définie par l'Article 11 du Protocole relatif à la définition de la notion de produits originaire des Etats membres ;

« Personnes morales des Etats membres », les institutions et les sociétés dans lesquelles les Etats membres ou leurs ressortissants détiennent au moins cinquante pour cent (50%) du capital social ;

« processus de production », le processus de production tel que prévu au Protocole relatif à la Définition de la Notion de Produits Originaires des Etats membres.

Article 2

Propriété du capital et forme de l'Entreprise Communautaire

Sous réserve des autres dispositions du présent Protocole, une entreprise peut être agréée au statut d'Entreprise Communautaire aux termes du présent Protocole lorsque son capital social appartient à :

deux ou plusieurs Etats membres, ou

deux ou plusieurs Etats membres et des citoyens ou institutions de la Communauté, ou des ressortissants ou personnes morales d'un Etat membre ou, des ressortissants ou personnes morales d'Etats tiers

Toute entreprise sollicitant l'agrément au statut d'Entreprise Communautaire aux termes du présent Protocole doit au préalable être immatriculée dans un Etat membre sous la forme d'une société anonyme ou d'une entreprise inter-étatique.

Article 3

Conditions d'agrément au statut d'entreprise Communautaire

Une Entreprise peut être agréée au statut d'Entreprise Communautaire lorsque, présentant les caractéristiques spécifiées à l'article 2 du présent Protocole, elle remplit en outre les conditions suivantes :

(i) en ce qui concerne les Entreprises visées au paragraphe 1 (a) de l'Article 2 ci-dessus, leur capital social appartient entièrement à deux ou plusieurs Etats membres, ou

en ce qui concerne les Entreprises visées au paragraphe 1 (b) de l'Article 2 ci-dessus, 51% au moins de leur capital social appartient à deux ou plusieurs Etats membres, et des citoyens ou institutions de la Communauté, ou des ressortissants ou personnes

morales d'un Etat membre, ou des ressortissants ou personnes morales d'Etat tiers, et

Conformément aux dispositions de l'Article 4 de la Décision A/DEC. 1/5/83 de la Conférence,

leur capital social est d'au moins un million cinq mille (1,500,000) unité de compte avec un niveau d'investissement de six million (6,000,000) d'unité de compte pour les Etats membres suivants : Cap-Vert, Gambie, Guinée-Bissau, Burkina-Faso, Mali, Mauritanie et Niger, ou

leur capital social est d'au moins deux millions (2,000,000) d'unités de compte pour les états membres suivants, Bénin, Guinée, Liberia, Sierra-Léone et Togo, ou ,

leur capital social est d'au moins deux millions cinq mille (2,500,000) unités de compte pour les Etats membres suivants :Côte-d'Ivoire, Ghana, Nigéria, et Sénégal et

le président et la majorité des membres de leur Conseil d'Administration sont des citoyens de la Communauté ; et

leurs activités s'étendent à deux ou plusieurs Etats membres avec pour objectif de favoriser par la complémentarité l'intégration économique de la Communauté, et

leur siège social est situé dans un Etat membre et

leurs objectifs sont conformes à la politique et aux programmes de développement de la Communauté ainsi que le Conseil pourra les définir, et

leur fonctionnement ne porte pas atteinte aux intérêts des entreprises nationales des Etats membres, et

toutes leurs actions sont souscrites et confèrent les mêmes droits, et

en ce qui concerne les entreprises industrielles, leurs produits doivent remplir les conditions édictées par le protocole relatif à la nation de produits originaires des Etats membres de la communauté Economique des Etats de l'Afrique de l'Ouest, à l'exception des dispositions relatives à la participation des nationaux au capital social.

Nonobstant les dispositions du présent protocole, aucune entreprise ne peut être agréée au statut d'entreprise Communautaire si ses activités consistent uniquement à acheter des marchandises pour les revendre sans processus de production.

(...)

EN FOI DE QUOI , NOUS CHEFS D'ETAT ET DE GOUVERNEMENT DE LA COMMUNAUTE ECONOMIQUE DES ETATS DE L'AFRIQUE DE

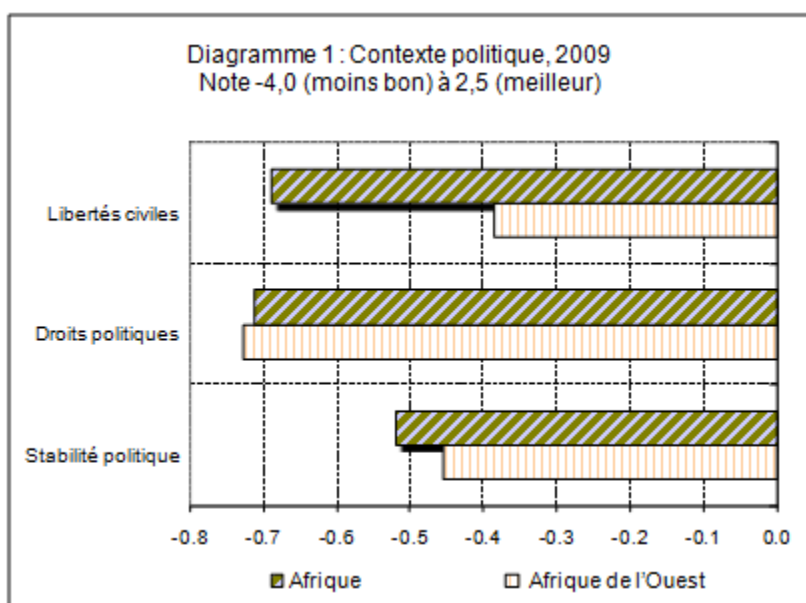
L'OUEST AVONS SIGNE LE PRESENT PROTOCOLE

FAIT A LOME LE 32 NOVEMBRE 1984

EN UN SEUL ORIGINAL EN ANGLAIS ET EN FRANÇAIS,

Anexo 2

Diagrama comparativo sobre o contexto político entre a CEDEAO e África



Fonte, documento de Estratégia do BAD in Département de la statistique de la BAD
sur base de données du FEM, 2010.

Anexo 3

Chefes de Estados da CEDEAO de 1977 a 2012

ANNEE	NOM	PAYS
1977	S.E. GEN. GNASSINGBE EYADEMA	TOGO
1978	H.E. OLUSEGUN OBASANJO	NIGERIA
1979	S.E. LEOPOLD SEDAR SENGHOR	SENEGAL
1980	S.E. GEN. GNASSINGBE EYADEMA	TOGO
1981	H.E. DR. SIAKA STEVENS	SIERRA LEONE
1982	S.E. MATHIEU KEREKOU	BENIN
1983	S.E. AHMED SEKOU TOURE	GUINEA
1984	S.E. LANSANA CONTE	GUINEA
1985	H.E.GEN. MUHAMMADU BUHARI	NIGERIA
1986	H.E. GEN. IBRAHIM BADAMASI BABANGIDA	NIGERIA
1987	H.E. GEN. IBRAHIM BADAMASI BABANGIDA	NIGERIA
1988	H.E. GEN. IBRAHIM BADAMASI BABANGIDA	NIGERIA
1989	H.E. ALHAJI DAWDA JAWARA	THE GAMBIA
1990	S.E. CAPT. BLAISE CAMPAORE	BURKINA FASO
1991	H.E. ALHAJI DAWDA JAWARA	THE GAMBIA
1992	S.E. ABDOU DIOUF	SENEGAL
1993	S.E. NICEPHORE DIEUDONNE SOGLO	BENIN
1994	H.E. FLT-LT JERRY J. RAWLINGS	GHANA
1995	H.E. FLT-LT JERRY J. RAWLINGS	GHANA
1996/1998	H.E. SANI ABACHA	NIGERIA
1998/1999	H.E. GEN. ABDUSALAMI ABUBAKAR	NIGERIA
1999	S.E. GEN. GNASSINGBE EYADEMA	TOGO
1999/2001	S.E ALPHA OUMAR KONARE	MALI
2001/2003	S.E ABDOULAYE WADE	SENEGAL
2005/2006	S.E TANDJA	NIGER
2006/2008	S.E. CAPT. BLAISE CAMPAORE	BURKINA FASO
2008/2010	S.E. UMARU YAR'ADUA	NIGERIA
2010/2012	S.E. JONATHAN EBELE GOODLUCK	NIGERIA
2012	S.E. ALASSANE OUATTARA	COTE D'IVOIRE

Fonte. Site oficial da CEDEAO-acedido a 24/06/2011

Anexo 4
Secretários Executivos da CEDEAO de 1977 a 2007

Data	Nome	País
1977-1985	Dr. Aboubakar Diaby Ouattara	Cote d'Ivoire
1985-1989	Alhaji Momodu Munu	Serra-Leoa
1989-1993	Dr. Abass Bundu	Serra Leoa
1993-1997	Mr. Edouard Benjamin	Guiné
1997-2002	Lasana Kouyate	Guiné
2002-2007	Mohamed Ibn Chambas	Ghana

Anexo 5
Estado da ratificação dos Tratados

Não ratificados

1. Ratificação: não ratificado por CV segundo consta da tabela CEDEAO 2006, anexo VI nº5

E. em vigor: 30/07/1984 tabela CEDEAO – anexo IV nº5, 2006, referente à “P” e “C” em vigor em 1 Dezembro de 2006

2. Protocolo A/P1/5/82 sobre a criação de uma Carta Castanha da CEDEAO relativa ao Seguro de Responsabilidade Civil automóvel face aos terceiros

Assinatura: 29/05/1982- Cotonou- tabela CEDEAO 2002-anexo VI nº10

Aprovação:

Publicação:

Ratificação: não ratificado por Cabo Verde – PRT 01/90 (2) tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº 10

3. Protocolo A/P.1/7/96 relativo as Condições de Aplicação da Taxa Comunitária da CEDEAO, -na Tabela CEDEAO2006, anexo IV nº 33, consta A/P7/96

Assinatura: 27/07/96-Abuja

Aprovação: Resolução n.º 67/V/97

Publicação: 31 /12/97, – BO n.º50-2ºsuplemento,

Ratificação: Não Ratificado – tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº33- PRT 02/96

E. em vigor: 04/01/2000- tabela CEDEAO – anexo IV nº33, 2006, referente à “P” e “C” em vigor em 1 Dezembro de 2006

4. Convenção A/P.1/7/92 relativa à Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal

Assinatura: 29/07/92-Dakar (BD consta 22/07/92 e E.vigor 28/10/99) – não constam os demais dados)

Aprovação:

Publicação:

Ratificação: não foi ratificado tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº28

E. em vigor: 28/10/98 - tabela CEDEAO – anexo IV nº28,2006, referente à “P” e “C” em vigor em 1 Dezembro de 2006

5. Protocolo A/P2/8/94 relativo ao Parlamento da CEDEAO

Assinatura: 29/05/1982- **Cotonou**- tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº11

Aprovação:

Publicação:

Ratificação: não ratificado por Cabo Verde —CEDEAO 2006-anexo VI nº 11

E. em vigor:17/07/1984- tabela CEDEAO 2006– anexo IV nº11

6. Protocolo A/SP1/7/86 relativo à execução da 2ª etapa (direito de residência) do Protocolo sobre a livre circulação de pessoas o direito de residência e do estabelecimento

Assinatura: 0107/1986- **Abuja** – tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº 19

Aprovação:

Publicação:

Ratificação: não ratificado por Cabo Verde —CEDEAO 2006-anexo VI nº 19

E. em vigor:12/05/1989- tabela CEDEAO 2006– anexo IV nº19

7. Protocolo A/P1/7/91 sobre o Tribunal de Justiça da Comunidade

Assinatura: 06/07/1991- **Abuja**- tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº27

Aprovação:

Publicação:

Ratificação: não ratificado por Cabo Verde — CEDEAO 2006-anexo VI nº 27

E. em vigor: 05/11/1996- tabela CEDEAO 2006– anexo IV nº27

8. Protocolo Adicional A/SP1/7/93 sobre a emenda do artigo 1 do Protocolo relativo às contribuições dos Estados membros aos financiamentos da CEDEAO

Assinatura: 24/07/1993- **Cotonou**- tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº30

Aprovação:

Publicação:

Ratificação: não ratificado por Cabo Verde —CEDEAO 2006-anexo VI nº 30

E. em vigor:06/08/1997- tabela CEDEAO 2006– anexo IV nº30

9. Protocolo A/P1/8/94 sobre a extradição entre Estados da CEDEAO

Assinatura: 06/08/1994- **Abuja-** tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº31

Aprovação:

Publicação:

Ratificação: não ratificado por Cabo Verde – CEDEAO 2006-anexo VI nº 31

E. em vigor:08/12/2004- tabela CEDEAO 2006– anexo IV nº31

10. Protocolo A/P2/7/96 sobre a instituição do IVA nos Estados membros da CEDEAO

Assinatura: 01/02/2002- **Cotonou-** tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº11

Aprovação:

Publicação:

Ratificação: não ratificado por Cabo Verde –CEDEAO 2006-anexo VI nº 11

E. em vigor:17/07/1984- tabela CEDEAO 2006– anexo IV nº11

11. Protocolo A/P.3/01/03 sobre a educação e a formação

Protocolo adicional A/SP.1/06/06 relativo à emenda do tratado Revisto da CEDEAO assinado em 14 de Junho- Abuja.- Tabela CEDEAO 2006, anexo V nº 15

Obs. Em análise para efeitos de ratificação /adesão

12. Protocolo adicional A/SP.2/06/06 relativo à emenda do artigo 3º paragrafo 1,2 e 4 do Artigo 4,parágrafos 1,3 e 7 e do artigo 7, paragrafo 3 do Protocolo relativo à Corte de Justiça da Comunidade, assinado em 14 de Junho- Abuja.-Tabela CEDEAO 2006, anexo V nº 16

13. Protocolo adicional A/SP.3/06/06 relativo à emenda do Protocolo **A/P2/8/94** relativo ao Parlamento da Comunidade, assinado em 14 de Junho- Abuja.- Tabela CEDEAO 2006, pagina. 2, nº 14

II – Não ratificados

Obs. Os Protocolos e Convenções abaixo indicados encontram-se em análise, na DAJT, para efeitos de ratificação /adesão

14. **Protocolo A/P1/12/99** CV não assinou nem aderiu ao Protocolo relativo à Assistência mutua em matéria de Defesa, e ao Protocolo relativo ao Mecanismo de Prevenção de Gestão, de Regulamento dos Conflitos, de mantimento da Paz e da Segurança; assinado em 10/12/1999- Lomé– Tabela CEDEAO 2006, anexo V nº 2

15. **Protocolo A/SP1/12/01** relativo à Democracia e a Boa Governação adicional ao Protocolo relativo ao Mecanismo de Prevenção, de Gestão, de Regulamento dos Conflitos, de mantimento da Paz e da Segurança. **CV não assinou nem aderiu ao Protocolo** – Tabela CEDEAO 2006, anexo V nº 4.

Obs. O processo de adesão já foi desencadeado

16. **Convenção da CEDEAO sobre as armas ligeiras e de pequeno calibre, Munições e materiais conexos**, assinado em 14 de Junho - Abuja. - Tabela CEDEAO 2006, anexo V nº 14

Obs. O Processo de adesão já foi remetido para efeitos de aprovação.

17. **O Protocolo A/P2/1/03** relativo à aplicação dos procedimentos para compensação das perdas de receitas sofridos pelos Estados membros da CEDEAO do facto da liberalização das trocas, assinado em 31/01/2003-Dakar. **Não foi assinado por Cabo Verde.**- Tabela CEDEAO 2006, anexo V nº 7

18. **Protocolo A/P3/12/01** sobre a luta contra corrupção, assinado em 21/12/2001-Dakar -Tabela CEDEAO 2006, anexo V nº 3.

19. **Protocolo A/P2/7/96** sobre a instituição da sobre o valor acrescentado nos Estados membros da CEDEAO, assinado em 27/07/1996-Abuja -Tabela CEDEAO 2006, anexo V nº 1

20. **Protocolo adicional A/SP.1/01/05** sobre a emenda do preambulo, dos artigos 1º, 2,9,22 e 30 do Protocolo A/P1/7/91 relativo à Corte da Justiça das Comunidades, assim como o artigo o artigo 4 paragrafo 1 da versão inglesa do mesmo protocolo, assinado em 19/01/2005-Accra - não assinado por Cabo Verde .-Tabela CEDEAO 2006, anexo V nº 11

21. **Protocolo A/P1/01/03** relativo à definição da noção de produtos originários dos Estados membros da Comunidade Económica dos Estados da Africa de Oeste, assinado em 31/01/2003-Dakar -Tabela CEDEAO 2006, anexo V nº 6

22. **Protocolo adicional A/SP.2/12/01** sobre a emenda do Protocolo relativo à criação de uma carta “castanho”CEDEAO pertinente a segurança responsabilidade civil automóvel aos terceiros, assinado em 21/12/2001-Dakar (CV não ratificou o protocolo que se “pretende ” emendar). – Tabela CEDEAO 2006, anexo V nº 5

23. **Protocolo A/P4/1/03 sobre a energia** – assinado em 31/01/2003-Dakar-Tabela CEDEAO 2006, anexo V nº 10

24. **Convenção Geral A/c.1/1/03** relativo ao reconhecimento e a equivalência dos Diplomas, grado, certificados e outros títulos nos Estados membros da CEDEAO; assinado em 31/01/2003-Dakar **não foi assinado por CV.**— Tabela CEDEAO 2006, anexo V nº 8

25. Protocolo adicional A/SP.1/7/93 relativo à emenda do Protocolo pertinente às contribuições dos Estados membros ao orçamento da CEDEAO. - Tabela CEDEAO 2006, anexo IV nº 30